

CrossRef DOI of original article:

# Scan to know paper details and author's profile

Received: 1 January 1970 Accepted: 1 January 1970 Published: 1 January 1970

## Abstract

*Index terms—*

### 1 RESUMO

O ativismo evangélico tem se valido de repertórios morais para legitimar ou deslegitimar processos políticos de abrangência nacional, capitalizando o ancorado conservadorismo em todas as camadas sociais. O enfoque de gênero, o reconhecimento de sexualidades diversas e a democratização de direitos a grupos marginalizados tornaram-se grandes incômodos para lideranças das maiores igrejas pentecostais e neopentecostais, que veem nesses temas um grande risco para a manutenção da família tradicional, mas, ao mesmo tempo, um dos recursos a serem usados em entornos eleitorais, com maior ou menor aderência, de acordo aos interesses de momento. O plebiscito pela paz colombiano se tornou um dos cenários que mostrou amplamente a interseccionalidade entre política, religião e gênero como um dos casos, dentre vários, na América Latina.

Palavras-chave: Ativismo evangélico; Plebiscito pela paz; Gênero; Colômbia.

### 2 I. INTRODUÇÃO

No século XXI, abordar o fenômeno religioso na América Latina, desde vários campos sociais, torna-se além de necessário um desafio constante, pela heterogeneidade tanto dos agentes, das pautas e das repercussões no âmbito público. Paulatinamente, nesta região, as instituições religiosas e mesmo as práticas individuais têm mostrado que a modernidade se desenvolve junto com o pluralismo religioso, e que crenças e doutrinas ao invés de se confinar meramente ao espaço privado, cada vez ocupam um lugar mais destacado na tomada de decisões que abrangem a sociedade toda.

O cristianismo é a religião com maior filiação na América Latina. Nas últimas décadas, o segmento evangélico disputou os privilégios da Igreja Católica e até conseguiu se posicionar como uma força política, especialmente, em entornos eleitorais e no desenho de políticas públicas relativas à moralidade normativa. Muito tem se passado desde a chegada das primeiras missões pentecostais estadunidenses no século XIX, até a instauração de igrejas locais nos anos 1980, dirigidas por pastores nacionais, que apesar de iniciarem como pequenos locais austeros localizados nas periferias, pouco a pouco foram construindo capital simbólico, financeiro e político.

Vários desses reduzidos lugares de congregação, além de produzir sujeitos religiosos, formaram sujeitos políticos, com o intuito de conquistar espaços considerados seculares. Com o tempo, essas igrejas conseguiram se tornar não apenas lugares de ampla reunião, com custosas infraestruturas, mas também em instituições religiosas de influência transnacional. Alguns dos aspectos que ajudaram nessa empreitada de crescimento econômico foram a doutrina baseada na Teologia da Prosperidade, que salienta a benção de bens materiais, pelo esforço individual, os dízimos e os benefícios concedidos por parte do Estado, como o não pagamento de impostos, bem como o corporativismo e a venda de bens simbólicos. No campo político, alguns dos pastores mais ativistas, mediante acordos programáticos partidários, ativa participação em entornos eleitorais e campanhas morais, pouco a pouco, conseguiram poder de negociação com a política tradicional e as barganhas necessárias para ocupar instâncias governamentais. É preciso lembrar que segmentos de diversas correntes religiosas são ativos politicamente e que, inclusive, alguns defendem pautas progressistas, porém os mais visíveis e com maior destaque são as lideranças conservadoras de cunho evangélico, pentecostal e neopentecostal.

O conservadorismo ancorado na sociedade, as crises políticas e de representação, bem como os perversos efeitos da avançada neoliberal nas classes menos favorecidas, configuraram cenários propícios para o auge do ativismo político evangélico conservador. A mobilização desses grupos afiançou a ponte entre política e instituições religiosas, através da difusão de repertórios morais, tais como a defesa da família tradicional, a rejeição à ampliação

## 4 III. ATIVISMO EVANGÉLICO CONSERVADOR

---

47 de direitos para grupos populacionais não normativos, a recusa do enfoque de gênero e das liberdades sexuais.  
48 Esses quesitos são alguns dentre muitos outros, promovidos num contexto de avanço progressista, por parte de  
49 movimentos sociais, que favorecem a democratização de direitos a comunidades marginalizadas, o que incomodou  
50 a segmentos conservadores.

51 As lideranças conservadoras das maiores igrejas evangélicas, ora como independentes, ora através de suas  
52 organizações políticas ou em aliança com partidos tradicionais, têm influenciado na correlação de forças estatais  
53 e inclusive ajudado a definir contendas eleitorais. Um dos casos que representa esse panorama, com semelhanças e  
54 diferenças aos já vistos na América Latina, possui como denominador comum a interseccionalidade entre religião,  
55 política e moralidade. O plebiscito pela paz na Colômbia, em 2016, evidenciou o impacto dos repertórios morais  
56 nesse processo político de abrangência nacional e internacional.

57 A pergunta inicial que suscita essa questão é de que forma se associou moralidade, enfoque de gênero e o  
58 processo de paz colombiano. O que pareceria em princípio difícil de compreender pela aparente distância entre  
59 um assunto e outro, foi o que precisamente se tornou o mecanismo de proselitismo para deslegitimar a consulta  
60 popular que visava ratificar os acordos de paz perante a sociedade.

61 Claramente, as circunstâncias, os agentes e os interesses envolvidos nesse processo foram variados, porém  
62 destaca-se neste texto as campanhas que empreenderam grupos evangélicos em oposição ao processo de paz. Essa  
63 perspectiva permite encontrar contrastes e analisar os contrapontos da agenda programática desse segmento e a  
64 forma como se mobilizam de acordo com o contexto e com os interesses do momento.

65 A controvérsia e conseqüente problema público gerado a partir de visões de mundo transcendentais nos  
66 antagonismos políticos, referenciam um dos temas estruturais da política contemporânea que envolve religião,  
67 moralidade, sexualidade, gênero e política. Este texto tem como intuito se aproximar a essa discussão a partir da  
68 mobilização evangélica durante o plebiscito pela paz, que pautou o gênero, a família e a diversidade sexual, como  
69 temas contrários ao bem-estar da sociedade, deixando os acordos como apenas uma estratégia para introduzir  
70 um regime sexual na sociedade, considerado adverso às leis naturais. Em decorrência disso, organizaram-se  
71 campanhas espalhadas por todo o O plebiscito considera-se um instituto democrático e participativo, consistindo  
72 na consulta ao povo para decidir sobre matéria relevante a ser legislada. A questão é que algumas vezes o plebiscito  
73 torna-se uma ferramenta utilizada para legitimar decisões, cujo custo político não quer ser administrado pelos  
74 detentores de cargos eletivos, e optam pela consulta para calcular perdas futuras, em caso de insucesso ou de  
75 resultados prejudiciais a determinados temas. As negociações de paz suscitaram amplo ativismo pelos interesses  
76 que envolviam, e se agudizaram quando esse processo se vinculou à chamada "ideologia de gênero". Essa relação  
77 que em princípio parecia totalmente desconectada, os segmentos conservadores religiosos conseguiram articulá-la  
78 com retóricas atreladas à ameaça comunista, ao desaparecimento da família e à deturpação da sociedade pelo fato  
79 dessas negociações incluírem a perspectiva de gênero, que, no fundo, tinha como finalidade reconhecer as diversas  
80 vítimas do conflito que sofreram violências devido a uma guerra sem limites em todo o território colombiano.

### 81 3 Resultados das votações

82 Se gestou uma ampla campanha pelo não aos acordos e ao plebiscito liderada pelo ex-presidente de direita Álvaro  
83 Uribe Vélez, à qual se somaram empresários, religiosos e diversas camadas sociais. As lideranças evangélicas  
84 juntaram-se com maior afinco quando foi contemplado o enfoque de gênero no texto dos acordos, com a finalidade  
85 de ter uma via mais democrática. Não obstante, clivagens partidárias tradicionais se uniram junto com partidos  
86 confessionais e legislativos evangélicos ou meramente conservadores para frear os acordos. Inclusive, as camadas  
87 que votaram contra o plebiscito ainda hoje negam reconhecer sua legitimidade.

## 88 4 III. ATIVISMO EVANGÉLICO CONSERVADOR

89 No processo político de paz, de longo alcance, intervieram muitos interesses, instituições, tanto domésticas quanto  
90 internacionais, bem como diversos agentes. A iniciativa de incluir o enfoque de gênero nos diálogos de paz criou  
91 tanto desconforto e pânico nos segmentos evangélicos conservadores, que o estenderam mediante mobilizações em  
92 todo o território nacional, até o ponto que a pauta moral terminou sendo o elo mais forte entre o plebiscito pela  
93 paz e as camadas conservadoras. Uma pauta que, perante a importância dos diálogos de paz, pareceria não ser  
94 protagonista, o segmento conservador conseguiu que aquilo tomara sentido para quem aderiu a esses repertórios,  
95 que foi a esmagadora maioria da população. O contexto regional também auxiliou na aderência da pauta moral,  
96 porque em países como Peru e Brasil a chamada "ideologia de gênero" já gerava amplo proselitismo.

97 O enfoque de gênero facilmente se tornou "ideologia de gênero" para os grupos evangélicos, por conta do perigo  
98 que para eles representavam os diálogos com a guerrilha, o qual mostrou no fundo a recusa para falar com grupos  
99 insurgentes, o desprezo pelas esquerdas e a negativa a Santos como presidente, além do intuito de ocupar espaços  
100 decisivos nessas contendas e, de passo, aticar a moralidade, como recurso de propaganda inesgotável até agora.

101 Nas mobilizações identitárias, o gênero se tornou fundamental para pensar a produção de políticas públicas e  
102 questões de Estado relacionadas a direitos. O conceito está atrelado, em certa medida, às ondas do feminismo,  
103 à emergência do reconhecimento dos direitos da mulher e às noções de patriarcado e dominação. O gênero se  
104 desagrega do conceito de sexo; o primeiro para pensar uma dimensão cultural e o segundo uma dimensão biológica  
105 a partir de padrões sexuais. Essa desagregação permite o reconhecimento de identidades, que apenas desde o  
106 conceito sexo não permitiria esse alargamento, o que tornou-se foco de disputa de direitos.

107 A partir do ano 1990 o gênero mobiliza questões de políticas internacionais, mas no começo do século XXI  
108 passa a ser entendido na ideia de ideologia de gênero, que nega o reconhecimento das políticas públicas em prol  
109 da diversidade. Essa agitação se gesta no Vaticano apontando seus riscos para a família, como uma ameaça para  
110 as estruturas sociais, o que acabou criando pânico moral, mas não entre sujeitos religiosos "despreparados", mas  
111 como uma ideia que reforça o apelo e as convicções morais também de não religiosos.

112 Desde aquela época se mobilizaram preceitos morais religiosos contra um Estado, acusado de "ideologizar" os  
113 filhos, isto como uma ideia contrária à inclusão de temas como igualdade de gênero e combate à homofobia nos  
114 currículos escolares. Diversos países da América Latina vêm experimentando a ascensão de lideranças políticas  
115 sustentadas em pautas conservadoras nos costumes e ultraliberais na economia, com discursos que combinam  
116 uma agenda de recrudescimento do neoliberalismo com a mobilização de valores morais de cunho religioso em  
117 uma retórica de defesa da vida, inocência das crianças e integridade da família.

118 Por exemplo, o movimento Con Mis Hijos No Te Metas (CMHNTM) foi criado no Peru em dezembro de 2016,  
119 a fim de organizar a oposição contra a implementação do enfoque de gênero na educação, por meio do Currículo  
120 Nacional, que entraria em vigor em 2017, questão que logo se foi estendendo a América Latina.

121 O ambiente político colombiano de 2016 foi atizado pela proposta governamental de criar ambientes escolares  
122 livres de discriminación, para evitar assédio contra estudantes com identidades sexuais diversas. A partir daí  
123 surgiu a concepção de que se pretendia distribuir uma cartilha com conteúdo sexual para confundir as crianças.  
124 A comoção foi causada pela ideia de que existia uma doutrina sexual nas escolas, dirigida pela ministra de  
125 educação da época, Gina Parody. Esse fato somado às prévias reclamações de descontentamento popular por ela  
126 ser lésbica e estar na frente de uma das pastas mais importantes, causou sua pronta demissão. A questão das  
127 cartilhas também teve eco no Brasil, antes do impeachment de 2016, e na França no ano 2010, que apesar de ter  
128 tido características particulares, geraram campanhas em torno à defesa das crianças "no contexto de uma direita  
129 cristã mobilizada e cada vez mais globalizada" (VIGOYA, 2017, p. 227, tradução nossa).

130 Esse nervosismo na Colômbia vinha crescendo desde que o Tribunal Constitucional aprovou o casamento e  
131 adoção de casais do mesmo sexo. Este fato deixou incomodadas as lideranças evangélicas, que decidiram promover  
132 um referendo encaminhado à adoção de crianças apenas por famílias heterossexuais. Essa iniciativa da advogada  
133 e política evangélica Vivian Morales só passou no primeiro debate, mas não nas instâncias posteriores.

134 No meio desse contexto álgido, continuaram se somando as rejeições aos acordos, por parte de diversas figuras  
135 públicas como jogadores de futebol, que vieram nas negociações, entre o governo e a guerrilha, fatos opostos  
136 à religião e a Deus. Tudo isso incentivou ainda mais às lideranças evangélicas a conformar o Pacto cristão  
137 pela paz, como contraparte aos acordos, para levar suas preocupações sobre o que estava se negociando e, ao  
138 mesmo tempo, elencar a exigência de se reunir diretamente com as FARC e com os grupos LGBTQIA+, com o  
139 intuito de que eles não comprometeram pontos sensíveis para grupos religiosos tais como a família e a educação  
140 das crianças. Tirando essa exceção daquele momento por parte do MIRA, houve outras mobilizações como a  
141 de "famílias pela verdade", como contraparte ao reconhecimento da diversidade, que vieram as negociações de  
142 paz como instrumento de fragilização de princípios cristãos. Somado a isso, se reforçaram as alianças político-  
143 religiosas com partidos tradicionais da direita partidária. Até fundações internacionais como a brasileira Plínio  
144 Corrêa de Oliveira, que tem como mote Tradição Família e Propriedade, ajudaram a propagar a mensagem  
145 de rejeição aos acordos atrelando-os ao marxismo, ao comunismo e ao risco para a propriedade privada. Os  
146 dois movimentos de reivindicação, tanto de movimentos sociais quanto de instituições religiosas, decorreram de  
147 instâncias locais a outras de nível global, para projetar seu acionar político. "Esta "politização reativa" também  
148 envolve uma mudança na gramática desses discursos e ativismos, que foge da oposição tradicional entre o religioso  
149 e o secular, na medida em que se aproveita de mecanismos democráticos e argumentos seculares para posicionar  
150 suas demandas [...] através da formação de "cidadanias religiosas"" (VIGOYA; RONDÃ?N, 2017, p. 120,  
151 tradução nossa).

152 A emergência da "ideologia de gênero" ou a ideologia contra o gênero, como sugere Judith Butler, surgiu como  
153 produto do ativismo católico, se espalhando com ampla recepção e efetividade. O impacto e a incontestabilidade  
154 dessa retórica reverberaram em várias parcelas da sociedade, o que terminou influenciando entornos eleitorais,  
155 na medida que agitou sensibilidades e medos existenciais que foram atrelados a políticas públicas, a decisões  
156 governamentais e ao futuro de processos políticos. Esse tipo de conexões entre política, moralidade e ativismo  
157 religioso atingiu diversos contextos e regiões, pela potência que ainda possuem os discursos conservadores e  
158 a administração dos pânics sociais para capitalizar as crises, além de servir como recurso para legitimar ou  
159 deslegitimar comícios de votação. Esse ativismo se enquadra na tradicional construção de amigo-inimigo, cujo  
160 antagonismo é exacerbado por agentes que presumivelmente procuram desestabilizar a ordem e as estruturas já  
161 desenhadas como rígidas e binárias, pretendendo acabar com a família como núcleo da sociedade e sustento da  
162 nação.

163 Os gêneros e as sexualidades, como conjunto de escalas que vão do global ao local e vice-versa, exploram  
164 questões tais como: as interseções entre o dogmatismo religioso e segmentos conservadores; as periferias não  
165 contempladas na política sexual; e as heterotopias como aqueles lugares que desafiam o ordenamento hierárquico  
166 do gênero e da sexualidade e, nesse sentido, a chamada "ideologia de gênero" representa uma retórica conservadora  
167 instrumentalizada politicamente, que produz interseções étnico-raciais, nacionais e de faixa etária, envolvendo  
168 questões democráticas e de cidadania (VIGOYA, 2017).

169 Desse modo, o gênero está intrinsecamente ligado ao político, este último como antagonismo inerente às

170 sociedades, cuja relação produz heterotopias perante formas antidemocráticas e resistência às mudanças. Essa  
171 divergência na sociedade, de certa forma, tem a ver com a confluência do "antigo" e do "novo" regime no que tange  
172 a direitos sexuais na medida que cada um está acompanhado de suas racionalidades e moralidades, que operam  
173 de forma conjunta e convivem tensamente nas diversas formas de articulação e, em consequência, nos processos  
174 de cidadanização dos sujeitos na luta por políticas sexuais democráticas (CARRARA, 2015). Essa análise dialoga  
175 com a abordagem de Rubin (1984), quando adverte das consequências dos paradoxos morais herdados do século  
176 XIX e, a sua vez, , conversa com a análise de Vigoya em torno à influência ideológica da direita conservadora,  
177 cada vez que associa o sexo fora do âmbito familiar ao comunismo e à debilidade política. "Boa parte da tradição  
178 cristã, seguindo São Paulo, sustenta que o sexo é em essência pecaminoso. Ele pode ser redimido se praticado no  
179 casamento, só para a procriação e longe do prazer" (RUBIN, 1984, p. 20).

180 Nessa mesma perspectiva a abordagem de Preciado (2013) afirma que essas campanhas nomeadas contra a  
181 ideologia de gênero procuram uma ideologia naturalista e religiosa, com princípios comuns, com o intuito de  
182 oprimir minorias sexuais conduzindo às próprias crianças que tanto defendem a herdar o fardo patriarcal. "Os  
183 defensores da infância e da família apelam para a figura política de uma criança que constroem privada de  
184 qualquer força de resistência [...] A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto."  
185 (PRECIADO, 2013, tradução nossa). 2Por sua parte, já Wittig desde 1980 chamou a atenção sobre a arquitetura  
186 da sociedade heterossexual em termos de uma necessidade ontológica do diferente e do outro, que se traduz no  
187 dominado, conceito sem o qual a sociedade não funciona econômica, simbólica, linguística nem politicamente. E  
188 para ??utler (2003) Não obstante, em termos comparados, apesar do acirramento de pautas morais durante os  
189 acordos de paz, as correlações de força e as mudanças em políticas públicas não chegaram aos níveis de países  
190 como Brasil, com medidas regressivas em diversas pastas ministeriais e a nomeação de lideranças extremamente  
191 conservadoras como foi o caso da evangélica Damares Alves no Ministério da Família.

192 No caso colombiano, esse Ministério ainda segue como um projeto muito desejado por grupos religiosos, mas  
193 não consegue se materializar. A pastora evangélica e advogada Claudia Rodríguez de Castellanos foi uma das  
194 porta-vozes do projeto de criação dessa pasta ministerial, o que gerou diversas controvérsias em torno da sua  
195 importância e necessidade. As polêmicas passavam desde a discussão da sua viabilidade até a alerta de criar uma  
196 instituição operando como pauta moral e religiosa sob a visão de um único conceito de família.

## 5 VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

197 As constantes tensões entre os referentes comportamentais de cunho religioso e outras formas de existência, bem  
198 como a reivindicação pelo reconhecimento, continua sendo o horizonte das controvérsias morais contemporâneas,  
199 embora tenham se registrado mudanças significativas em matéria de direitos via jurídica. Mas, muitas  
200 dessas controvérsias tornam-se recursos políticos dada sua ferrenha tensão , na qual se reproduz a noção  
201 tradicional de diferença a partir do confronto amigo-inimigo, onde busca-se o apagamento deste último valendo-se  
202 paradoxalmente de instâncias democráticas.

203 A moralidade normativa religiosa como propulsora discursiva na esfera política torna-se problema público,  
204 enquanto envolve e mobiliza vários agentes, interesses, gera e participa de ferrenhos embates nos espaços  
205 democráticos.

206 Um dos quesitos em torno do uso da moralidade religiosa tange a sua agitação quando se trata de políticas de  
207 reconhecimento, que funciona a grande escala, dado o solo fértil do conservadorismo na sociedade e, por vezes,  
208 como articuladora do segmento religioso, tão diverso e heterogêneo. Não obstante, quando se trata de pautas  
209 de redistribuição, a moralidade religiosa passa a um segundo plano para dar atenção a outros problemas sociais.  
210 Desse modo, dependendo da funcionalidade do que está em jogo, ativam-se pautas morais não apenas porque  
211 lideranças religiosas de alguma maneira acreditam nelas, mas também porque são dispositivos de agitação e  
212 contenda eleitoral.

213 A campanha contra a assinatura dos acordos, em 2016, entre a guerrilha das FARC e o governo Santos, na  
214 qual participaram diversos segmentos, entre eles camadas de evangélicos, arrastou os ganhos alcançados para a  
215 candidatura de Ivan Duque nas presidenciais de 2018, consolidando o triunfo do candidato de direita, herdeiro  
216 do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez do partido Centro Democrático, o que levou à reacomodação de forças  
217 evangélicas.

218 Mas, de acordo com a última contenda presidencial colombiana, em 2022, observa-se que a modulação da  
219 potência de repertórios conservadores muda e, em certas conjunturas, não alcança para impulsionar a chegada no  
220 poder de determinados interesses e visões de mundo. Porém, cabe lembrar que o ativismo evangélico conservador  
221 em termos globais coadjuva no crescimento do extremismo da direita no poder.

## 6 This page is intentionally left blank

223 Intersectionality between Politics, Religion, and Gender during the Colombian Peace Plebiscite <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> [https://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-lenfant-queer\\_873947/](https://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-lenfant-queer_873947/)



Figure 1:



Figure 2:

Figure 3: ©



Figure 4:



Figure 5:



Figure 6:





Figure 7:

território nacional, como contraparte às manifestações nacionais convocadas pelos movimentos sociais que apoiavam o plebiscito.

II.

Colômbia é o país sul-americano com as guerrilhas mais antigas do continente, tornando essa presença insurgente um dos problemas estruturais tanto local quanto regionalmente.

Certas tentativas de aproximação aos diálogos de paz por parte de alguns governos com esses grupos não tiveram uma boa resolução pela multiplicidade de interesses envolvidos. Depois de duas décadas de guerra contrainsurgente, estimulada pelo ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, o governo de Juan Manuel Santos, em 2012, decidiu conversar com as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia, FARC.

Os diálogos de paz tiveram seus altos e baixos, mas avançaram num contexto de incertezas e de oposição. Depois de 4 anos de conversações e feitos os acordos, em 2016, o presidente Santos determinou levar esses acordos para serem ratificados e legitimados mediante consulta

© 2023 Great ] Britain Journals Press

popular, através de um plebiscito. Era a primeira vez que essas aproximações chegavam até esse nível de proximidade para uma saída negociada ao conflito interno.

O  
PLEBISC-  
ITO  
PELA  
PAZ

Apesar de que a sociedade pedia viver em um país em paz, paradoxalmente, os resultados do plebiscito foram contrários a essa vontade. Esse mecanismo de participação cidadã, que pretendia impulsionar

os  
acor-  
dos  
de  
paz  
pela  
via

democrática foi derrotado nas urnas com uma pequena porcentagem de diferença entre o sim e o não, mas suficiente para deslegitimá-los.

|  
Vol-  
ume  
23  
Is-  
sue  
??"?  
Com-  
pi-  
la-  
tion  
1.0  
15  
|

repercussões e os custos políticos dessa intersecção. Um exemplo disso, foram as eleições presidenciais de 2018 na Colômbia, já que o contexto do processo de paz deixou o terreno cimentado, daquilo que previamente já estava fermentando, para que a direita conservadora tomasse novamente o poder. Nesse sentido, uma das reflexões sobre o crescente ativismo cristão, especificamente de matriz católica e evangélica, se explica, em parte, pela emergência no reconhecimento de múltiplas sexualidades e identificações de gêneros vinculado "à crescente autonomização da sexualidade como um plano relevante de exercício de direitos, em que se constituem novos atores políticos, cujas identidades coletivas são forjadas em torno de formas específicas de desejos, de práticas sexuais e de performances ou "expressões" de gênero (SIMÕES; CARRARA, 2014, p. 74). Essa emergência está atrelada à reivindicação dos direitos sexuais como parte dos direitos humanos, cuja desconsideração histórica tem deixado sem legitimidade política a diversos grupos sociais não normativos.

E, apesar que os discursos repressivos não provenham unicamente pela via institucional, os Estados têm se engajado nesses confrontos com diferenças substanciais entre o passado e o presente, já que as relações entre Estados e instituições religiosas têm mudado, bem como os graduais processos de laicidade, secularização, descentralização e transnacionalização demandas sociais que pressionam os espaços de condensação política no que tange a gêneros e sexualidades (CORRÊA 2009).

Pórem, diferencial mais significativo, entretanto, é que a intersecção entre "sexo" e política na cena contemporânea já não decorre exclusivamente de ações e discursos repressivos e punitivos implementados pelos Estados. Ela também se nutre das demandas por direitos articuladas por nós -as atrizes e os atores da política sexual -, das leis e normas propostas e adotadas para proteger e respeitar a pluralidade sexual e dos discursos de

respeito ou tolerância expressos por atores estatais relevantes. O debate sobre sexualidade e direitos humanos -que vem transcorrendo na ONU e outras arenas globais -é disso uma ilustração exemplar (CORRÊA, 2009, p.20).

Como foi referenciado anteriormente, o uso do gênero como recurso político por parte de agentes religiosos, especificamente eleitorais, mostra a resistência no reconhecimento da diversidade sexual e na democratização de direitos nas políticas públicas, que se usa como dispositivo de mobilização, já que acionam sensibilidades, medos, representações sobre estruturas binárias do corpo e seu controle, adaptadas através de narrativas políticas estratégicas para ganhar votos, aproveitando o solo fértil do conservadorismo. Assim, a religião e a construção de sistemas morais constituem inclusão-exclusão nos quais há posições diferenciadas, neste caso, dependendo da identidade sexual e do gênero (BÁRCENAS, 2014, p. 39, tradução nossa).

## V. REACOMODAÇÃO DE FORÇAS

Os ganhos conseguidos durante a campanha contra os acordos pelas lideranças evangélicas

deixaram o partido Col para a eleição candidato u seu governo Executivo e

Um ponto de forças é o d evangélicas , por uma p especificam gênero é cin construção limiares do razão que e discurso cu estruturas l colombiano Mas, o que



- 
- 225 [Carrara and Moralidades] , S Carrara , Moralidades . Compilation 1.0. <<https://www.scielo.br/j/>  
226 ©2023Great Britain Journals Press. 15. (racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo  
227 Disponível em)
- 228 [Wittig and Pensamento Hetero] , M O Wittig , Pensamento Hetero . <[https://edisciplinas.  
229 usp.br/pluginfile.php/6132463/mod\\_resource/content/1/Wittig%2C%20Monique%20%  
230 20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6132463/mod_resource/content/1/Wittig%2C%20Monique%20%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf)> (Disponível em)
- 231 [Amaya ()] J F S Amaya . *La tormenta perfecta*, (Rio de Janeiro) 2017. Ideología de género y articulación de  
232 públicos. Sexualidad, Salud y Sociedad. 27 p. .
- 233 [Corrêa ()] S Corrêa . *O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. Bagoas -Estudos gays: gêneros  
234 e sexualidades*, 2009. 3 p. 4.
- 235 [Muelle ()] *Cómo hacer necropolíticas en casa*, C E Muelle . 2017. Rio de Janeiro: Ideología de género y acuerdos  
236 de paz en Colombia. Sexualidad, Salud y Sociedad. 27 p. .
- 237 [Vigoya and Rondón ()] *Hacer y deshacer la ideología de género*, M V Vigoya , M A R Rondón . 2017. Rio de  
238 Janeiro: Sexualidad, Salud y Sociedad. 27 p. .
- 239 [Bárceñas ()] 'Iglesias y grupos espirituales para la diversidad sexual y de género en México: intersecciones sobre  
240 religión y género'. K B Bárceñas . *Revista de Estudios Sociales* 2014. maio. 49 p. .
- 241 [Vigoya ()] *Intersecciones, periferias y heterotopías en las cartografías de la sexualidad*, M V Vigoya . 2017. Rio  
242 de Janeiro: Sexualidad, Salud y Sociedad. 27 p. .
- 243 [Intersectionality between Politics, Religion, and Gender during the Colombian Peace Plebiscite [mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQ](https://doi.org/10.1111/1475-2875.12111)  
244 *Intersectionality between Politics, Religion, and Gender during the Colombian Peace Plebiscite*  
245 [mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQh8Gg](https://doi.org/10.1111/1475-2875.12111),
- 246 [Rubin ()] *Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, G S Rubin . 1984. p. 81.
- 247 [Simões and Carrara (2014)] *O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no*  
248 *Brasil: ensaio sobre sujeitos*, J A Simões , S Carrara . jun. 2014. 42 p. . (temas e abordagens. Cadernos Pagu)
- 249 [Butler] *Problemas do gênero*, J Butler . <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6330031/  
250 mod\\_resource/content/1/butler-problemas-do-genero.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6330031/mod_resource/content/1/butler-problemas-do-genero.pdf)> (Disponível em)
- 251 [Preciado] *Qui défend l'enfant queer ?*, P B Preciado . <[https://www.liberation.fr/societe/2013/01/  
252 14/qui-defend-l-enfant-queer\\_873947/](https://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947/)>.1 (Disponível em)